



## RESOLUÇÃO Nº 24, DE AGOSTO DE 2023

O **Secretário de Estado do Planejamento** do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.388, de 5 de abril de 2023 e alterações posteriores, na qualidade de **Presidente do Conselho de Parcerias do Paraná – CPAR**, nos termos da Lei Estadual nº 19.811, de 5 de fevereiro de 2019 e do Decreto nº 1.953, de 5 de julho de 2019, e

## Considerando:

A 14ª Reunião Ordinária do CPAR, ocorrida no dia 18/05/2023 na Sala de Situação da Secretaria do Planejamento, que aprovou a inclusão do **Projeto VLT Curitiba – São José dos Pinhais** no Programa de Parcerias do Paraná – PAR;

A Resolução CPAR Nº 17/2023 que aprovou a proposta do projeto relacionado acima com possibilidade de parceria, estabelecendo a modalidade de execução dos estudos para estruturação dos projetos por meio da contratação de serviços técnicos profissionais especializados;

A necessidade de instituição de Grupo de Trabalho, nos termos do art. 15 do Decreto nº 1.953, de 05 de julho de 2019.

## **RESOLVE:**

**Art.** 1º Instituir o Grupo de Trabalho - GT com a finalidade de acompanhar, analisar e elaborar os estudos de viabilidade técnica, operacional, econômica, financeira e jurídica do projeto VLT Curitiba – São José dos Pinhais.

**Art. 2º** O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

- I Natália Becchi Borçatto, RG nº 10.239.396-1, representando a Unidade Gestora do Programa de Parcerias UGPAR;
- II João André Sarolli, RG nº 6.235.122-5, representando a Unidade Gestora do Programa de Parcerias UGPAR;
- III Gabriel Hubner de Macedo, RG nº 6.545.075-5, representando a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná AMEP;
- IV Glauco Tavares Luiz Lobo RG nº 3.775.542-7, representando a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná AMEP;
- V Wilianson Alves Corrêa RG nº 6.426.356-0, representando a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná AMEP;
- VI Ruan Victor Amaral Oliveria, RG nº 3.748.842-2, representando a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná AMEP.
- **Art. 3º** Poderão ser convidadas instituições e organizações que venham a ser identificadas como necessárias ou estratégicas para aperfeiçoar o objetivo





proposto, bem como a participação, em caráter temporário, de técnicos e especialistas de outras instituições.

- **Art. 4º** O Grupo de Trabalho poderá contar com a participação de outras instâncias de Governo, que atuarão de forma consultiva, sem caráter deliberativo, ficando estas indicações a cargo deste Grupo de Trabalho.
- **Art. 5º** O Grupo de Trabalho poderá requerer estudos técnicos aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, inclusive às instituições convidadas, a fim de subsidiar as medidas propostas.
- **Art. 6º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Assinado eletronicamente

Luis Augusto Silva

Secretário de Estado do Planejamento Presidente do CPAR